



ENTRE A MÁSCARA E A LUTA: (IN)EXISTÊNCIA, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA NO DISCURSO DE ZAYA

Saulo Semann¹

Introdução

No texto “Zaya: mulher indígena, modelo e guardiã” (2022), publicado pelo projeto *Voz dos Oceanos*, Zaya é apresentada como a primeira modelo indígena nascida e criada na Amazônia, cuja trajetória se constrói na intersecção entre racismo estrutural, ativismo ambiental e afirmação identitária. Ao narrar uma infância e juventude marcadas pelo descrédito de sua cultura e pelo “racismo inexistente” que nega o próprio nome da violência, Zaya produz enunciados que condensam tanto a experiência do apagamento quanto o gesto de recusá-lo.

É nesse contexto que se inscreve o enunciado que orienta este artigo (“o indígena está dentro de uma inexistência”), formulado por Zaya ao denunciar a forma como a sociedade cria um estereótipo segundo o qual “só estamos dentro da floresta, e não na sociedade”. O enunciado não se limita a descrever uma situação; ele a problematiza, expondo os mecanismos pelos quais certos sujeitos são produzidos como se não existissem socialmente, mesmo estando materialmente presentes. Chama atenção, porém, o fato de que, apesar da circulação midiática de Zaya, em redes sociais, reportagens e campanhas ambientais, quase não se encontram registros de análises acadêmicas que tomem essa figura discursiva como objeto de investigação. A lacuna não é casual; ela repete, em outro plano, a lógica da invisibilização que o próprio enunciado denuncia. Ao escolher Zaya como foco de análise, este ensaio procura justamente tensionar essa ausência, inscrevendo sua voz no interior de um debate teórico sobre identidade, poder e resistência.

Parto, assim, dos escritos de Michel Foucault e de leituras contemporâneas de sua obra por Gregolin (2022), Araújo (2008), Courtine (2023), Greco (2018) para pensar a identidade indígena não como essência prévia, mas como efeito de práticas discursivas e de dispositivos de poder, em permanente disputa. Mais do que “representar” uma identidade, Zaya performa uma multiplicidade de posições, a exemplo de mulher, indígena, modelo, ativista e guardiã da floresta, que desestabilizam as imagens hegemônicas do “índio” fixado ao passado, ao folclore ou à paisagem natural.

Identidade como máscara e campo de luta

A reflexão foucaultiana sobre identidade, retomada por Gregolin (2022), permite deslocar concepções substancialistas do sujeito. Em lugar de um “eu” interior e estável, trata-se de compreender a identidade como uma construção histórica e discursiva, atravessada por relações de poder e por

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras da Unicentro, apoiado pelo CAPES. Membro do grupo de pesquisa “Interação e ensino” da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO/CNPq).



dispositivos que regulam aquilo que pode ser dito, por quem, em quais condições. Gregolin (2022) concebe a identidade como uma máscara historicamente constituída e atravessada por lutas, indicando que toda identidade implica sujeição e conflito, sujeição às normas que prescrevem modos de ser e luta contra essas mesmas normas que tentam se naturalizar como evidências. Quando Zaya diz que “o indígena está dentro de uma inexistência”, ela não aponta para uma ausência ontológica, mas para a forma como certos sujeitos são posicionados fora do campo de reconhecimento legítimo. A “inexistência” de que fala é produzida por práticas discursivas que, ao mesmo tempo, exotizam e silenciam o indígena, que pode ser celebrado como guardião da natureza, desde que permaneça à distância, fixado em uma imagem imóvel do passado. Na medida em que se inscreve como indígena, mulher e modelo que circula na moda, nas redes, nas campanhas ambientais, Zaya fende essa máscara e expõe a luta que ela encobre.

A identidade indígena urbana, nesse quadro, não é um “desvio” da verdade do indígena, mas um ponto de tensão que torna visíveis as regras de pertencimento que tentam amarrá-la ao cenário da floresta e ao registro do exótico. Assumir essa identidade pública, nos termos de Zaya, é também recusar a função de figurante folclorizado e afirmar-se como sujeito histórico, contemporâneo e politicamente ativo.

Proibição da palavra, segregação discursiva e vontades de verdade

Em *A ordem do discurso* (Foucault, 1996), o autor descreve procedimentos de exclusão que regulam a produção do discurso, dentre os quais se destaca a “proibição da palavra”: nem todos podem falar de tudo, em qualquer circunstância, e nem todas as palavras circulam com o mesmo valor de verdade. A figura do louco é exemplar, pois sua fala, historicamente, “não podia circular como a dos outros”; ou era descartada como nada, ou investida de um estatuto quase oracular, mas sempre fora do regime ordinário da verdade.

Guardadas as diferenças, a posição-sujeito indígena, sobretudo quando feminina e urbana, aproxima-se dessa zona de exceção. A palavra de Zaya é frequentemente remetida a uma espécie de “fora do lugar”: ou se espera que ela fale apenas em nome de um passado ancestral, ou se coloca em dúvida a legitimidade de sua voz quando ela reivindica direitos, denuncia o racismo, disputa espaços urbanos e midiáticos. A “inexistência” de que fala não é o silêncio absoluto, mas uma escuta seletiva que admite apenas certos enunciados e recusa outros como excessivos, inoportunos ou ilegítimos. A esse mecanismo se articula o que Foucault (1996) denomina “vontades de verdade”, dispositivos históricos que definem quais enunciados serão reconhecidos como verdadeiros e quais sujeitos terão o direito de enunciá-los. No caso que nos ocupa, a vontade de verdade que atravessa o imaginário social brasileiro institui um “índio ideal”, ligado à floresta, à tradição, à espiritualidade, mas despolitizado; presente na paisagem, ausente na cidade; capaz de legitimar discursos sobre a natureza, mas não de falar sobre a economia, a política ou a vida urbana.



Quando Zaya afirma que “as pessoas têm essa maneira de entender que o indígena está dentro de uma inexistência”, ela desmonta esse regime de verdade ao explicitar que essa inexistência é um efeito de discurso, não um dado natural. Ao fazê-lo, ela desloca o lugar de enunciação indígena, mostrando que é exatamente da posição que se pretende inviabilizar que emerge uma crítica potente às formas contemporâneas de colonialidade.

Formação discursiva, microfísica do poder e dispositivos de racialização

Em *A arqueologia do saber* (Foucault, 2010), o autor propõe o conceito de formação discursiva para designar o conjunto de regras que determina o que pode ser dito, como, por quem e com quais efeitos. A posição-sujeito indígena, tal como se estabilizou em boa parte do imaginário nacional, é efeito de uma formação discursiva colonial que articulou saberes antropológicos, jurídicos, religiosos e midiáticos para produzir o indígena como outro exótico, ao mesmo tempo próximo e distante, incorporado ao mito da nação e excluído de seus direitos. Essa formação discursiva ultrapassa o nível macroinstitucional. Em *Microfísica do poder* (Foucault, 1999), o autor insiste em que o poder circula capilarmente, atravessando gestos cotidianos, olhares, comentários aparentemente banais, e produzindo efeitos concretos sobre os corpos. A frase de Zaya mostra a eficácia dessa microfísica, pois a “inexistência” do indígena urbano se atualiza em olhares que estranham seu corpo em espaços de consumo, na moda, em desfiles; em comentários que questionam se “é indígena de verdade”; em interações em que sua presença é tomada como deslocada.

A racialização do corpo indígena, nesse sentido, não se dá apenas por ofensas explícitas, mas por um conjunto de práticas que o empurram para lugares socialmente autorizados: a aldeia, a floresta, a festa folclórica, o ritual turístico. Ao se apresentar como modelo indígena que transita entre a Amazônia, a passarela e as redes digitais, Zaya desafia esses roteiros discursivos, reinscrevendo seu corpo em circuitos de visibilidade que não lhe estavam destinados.

Corpo, memória e práticas de si

Courtine (2023) destaca que os corpos funcionam como superfícies de inscrição dos discursos e dos poderes. Neles se cruzam normas, interditos, marcas históricas, mas também modos de resistência. O corpo de Zaya concentra uma série de camadas, é corpo-mulher em uma sociedade patriarcal; corpo-indígena em um país que ainda opera a partir de hierarquias raciais; corpo-modelo em um universo da moda historicamente atravessado por padrões brancos e eurocentrados; corpo-ativista em um contexto de intensificação das violências contra povos originários. Esse mesmo corpo, ao ocupar campanhas de preservação ambiental, desfiles, perfis de redes sociais e reportagens, torna-se palco de uma reescritura do visível. Os grafismos, adornos, tecidos, a própria presença em espaços urbanos e globais reconfiguram signos que antes estavam confinados a imagens estereotipadas. Há, aí, um trabalho de memória no qual o



corpo de Zaya convoca saberes ancestrais, narrativas familiares, experiências de luta e resistência, articulando-os a linguagens contemporâneas da moda e da comunicação digital.

Na perspectiva de Foucault, esse movimento pode ser pensado como prática de si, um conjunto de exercícios pelos quais o sujeito se constitui, dobrando-se sobre si mesmo, interrogando as relações de poder que o atravessam e inventando modos de existir. Araújo (2008) observa que, nas leituras foucaultianas da ética, o sujeito se constitui a partir de práticas que problematizam sua própria existência, pelas quais se fabrica em meio às normas que o tentam capturar. Ao reivindicar a condição de guardiã da floresta, ao enfatizar que sua cultura é herança ancestral e responsabilidade diante do planeta, ao projetar esperança nas futuras gerações que encontrarão “força e inspiração em suas raízes”, Zaya aplica uma prática de si que articula memória, ética e política. Ela descreve um modo de ser indígena; ela o performa, oferecendo-o como horizonte às jovens indígenas que virão.

Multiplicidade, máscara e resistência

Gregolin (2022) sublinha a multiplicidade constitutiva do sujeito contemporâneo. Zaya encarna de maneira exemplar essa multiplicidade, é uma e muitas ao mesmo tempo, mulher, indígena, amazônida, modelo, ativista, guardiã, moradora de um território concreto e sujeito que circula em circuitos globais de mídia. Essa pluralidade não é um adorno identitário, mas o próprio campo de batalha em que se decide o que pode ou não existir discursivamente.

Quando se pensa a identidade como máscara, não se trata de denunciar um “falso” sujeito escondido atrás de uma aparência, mas de compreender que a máscara é o próprio modo de existência do sujeito em meio às normas que o constituem. A máscara indígena que a sociedade projeta, silenciosa, imóvel, confinada à floresta, é uma entre outras possíveis. Ao recusar essa máscara única e ao compor outras, Zaya transforma a identidade em luta, em processo aberto, em prática de recomposição permanente. Nesse sentido, o enunciado “o indígena está dentro de uma inexistência” pode ser relido como gesto de deslocamento, pois ao denunciar o lugar de inexistência a que é remetida, Zaya já fala a partir de outro lugar, que insiste em existir. A inexistência torna-se nome para o mecanismo de apagamento e, ao mesmo tempo, ponto de partida para práticas de reexistência, de existir de outro modo, em outros espaços, com outras vozes.

Linguagem como campo de batalha: efeitos do discurso de Zaya

Greco (2018) entende que a linguagem funciona como um campo de batalha em que se disputam normas e modos de existência. O discurso de Zaya ilustra essa tese com nitidez. “Falar sobre” o racismo, a destruição ambiental ou a condição indígena, é apenas parte do discurso, o fulcro está em disputar as próprias maneiras de dizer, os vocabulários disponíveis, as imagens legítimas, os roteiros narrativos que organizam a percepção do indígena na sociedade brasileira. Ao afirmar que o futuro é ancestral, que as



mulheres indígenas são centrais na defesa dos territórios e que todas e todos podem contribuir para a preservação da Amazônia, Zaya desloca o indígena do lugar de objeto de políticas públicas ou de campanhas ambientais para o lugar de sujeito que enuncia diagnósticos e prescreve caminhos. Sua fala convoca o outro, o não indígena, a uma tomada de posição, a dar visibilidade, abrir espaço, reconhecer a interdependência entre vidas humanas e natureza.

Desse modo, a linguagem não aparece somente como instrumento de denúncia; ela desponta como prática de criação de mundos possíveis. Ao reunir, em um mesmo gesto, memória ancestral, luta política e circulação nas mídias contemporâneas, o discurso de Zaya reconfigura o campo do dizível sobre os corpos indígenas e, com isso, amplia o horizonte do que pode ser pensado, dito e feito em relação à presença indígena na sociedade.

Considerações finais

Partindo do enunciado “o indígena está dentro de uma inexistência” e do conjunto de declarações de Zaya reunidas pelo projeto *Voz dos Oceanos*, este ensaio procurou mostrar como a identidade indígena urbana feminina se constitui na encruzilhada entre dispositivos de exclusão, regimes de verdade e práticas de resistência. Ao articular Foucault e seus leitores à análise desse material discursivo, buscou-se evidenciar que a inexistência de que fala Zaya não é um dado ontológico, mas um efeito de dispositivos históricos que tentam restringir a presença indígena a imagens estereotipadas e politicamente inofensivas.

Ao mesmo tempo, procurou-se sublinhar que o discurso de Zaya não se limita a denunciar esse apagamento, ele o enfrenta, performando modos de existir que escapam à moldura do “índio ideal” e inscrevendo a subjetividade indígena em espaços urbanos, midiáticos e globais. A figura discursiva de Zaya mostra que a identidade, pensada como máscara e luta, pode performar enquanto gesto ético-político de reconfiguração das condições de escuta e reconhecimento.

Em um cenário em que os povos indígenas seguem sob ataque, territorial, ambiental, simbólico, a análise de enunciados como os de Zaya revela, além da violência da exclusão, a potência das formas de resistência que se desenham na linguagem. Se a linguagem é um campo de batalha, como lembra Greco, o discurso de Zaya é um dos lugares em que essa batalha se trava hoje, convocando-nos a romper com a naturalização da “inexistência” e a reconhecer as múltiplas formas de presença indígena que insistem em existir, resistir e dizer.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Inês Lacerda. **Foucault e a crítica do sujeito**. 2. ed. Curitiba: Ed. da UFPR, 2008.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Corpo e discurso**: uma história de práticas de linguagem. In: PIOVEZANI, Carlos (coord.). **Os signos e os sentidos, as sensações e os sentimentos**: discurso e sensibilidades no pensamento de Jean-Jacques Courtine. Petrópolis: Vozes, 2023.



FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Tecnologias do eu**. Lisboa: Edições 70, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

GRECO, Luca. **Le langage est un champ de bataille**. Limoges: Lambert-Lucas, 2018.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso, Foucault e a mídia. **Diálogo das Letras**, v. 7, n. 1, p. 201–207, 2018.

ZAYA: mulher indígena, modelo e guardiã. **Voz dos Oceanos**, [s.l.], [2022]. Disponível em: <https://voiceoftheoceans.com/zaya-mulher-indigena-modelo-e-guardia/>. Acesso em: 30 maio 2025.